

Jurídico

Reconhecido o direito ao adicional de férias, em afastamento docente **Página 2**

No Rio, ato unificado dos SPF homenageia Cláudia Ferreira **Página 5**



Cresce a greve da Uenf Estudantes e técnicos também paralisam atividades **Página 7**

www.adufrj.org.br

AduFRJ

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN • Ano XIII nº 838 • 24 de março de 2014 • Central Sindical e Popular - Conlutas

Técnico-administrativos em greve

Paralisação por tempo indeterminado começou dia 20, na UFRJ.

Página 2



Marco Fernandes - 19/03/2014



Em tenda instalada em frente ao CFCH, no campus da Praia Vermelha, professores avaliaram situação salarial da categoria, entre outros temas, dia 19 de março. Reuniões ocorreram também no Colégio de Aplicação e no hall do prédio da reitoria

Salário corroído, carreira engessada

Professores discutiram, no Dia Nacional de Paralisação, os problemas que afetam o cotidiano da categoria: reajuste em parcelas já está comprometido pela inflação projetada até 2015; além disso, propostas de regulamentação interna da carreira podem tornar ainda mais difíceis a progressão e a promoção dentro da UFRJ. **Páginas 3, 4, 5 e 6**

Governo diz que não vai negociar nada

Em reunião com representantes do Fórum Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais, secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento afirma que não vai dialogar nem sobre pauta unificada do funcionalismo nem sobre pauta específica de qualquer categoria. Apenas mobilização poderá superar postura intransigente do MPOG. **Página 8**



Andes-SN - 19/03/2014

Conselho de Representantes

26/03
quarta-feira
18h
campus da Praia Vermelha
local a ser divulgado
Pauta: (mesma da AG)

Assembleia Geral

27/03
quinta-feira
18h
campus da Praia Vermelha
local a ser divulgado

Conforme calendário nacional aprovado no 33º Congresso do Sindicato, dias 29 e 30 de março, haverá reunião nacional dos representantes sindicais (Setor das IFES) na sede do Andes-SN para deliberar sobre a retomada da greve nacional dos docentes. Diante disso, a Assembleia Geral terá a seguinte pauta:

- 1 - Informes;
- 2 - Avaliação da conjuntura;
- 3 - Cassação do título de Honoris Causa do general Médici;
- 4 - Estratégia de lutas e indicativo de greve do Andes-SN;
- 5 - Assuntos gerais.

SEGUNDA PÁGINA

TÉCNICOS EM GREVE

Técnico-administrativos deflagram paralisação por tempo indeterminado. Objetivo é pressionar governo a cumprir o acordo firmado em 2012: ficaram pendentes diversas reivindicações financeiras da categoria

Re: via Silveira/Sintufrj - 17/03/2014

Próxima assembleia do Sintufrj será neste dia 25

Já que o governo passou dois anos desrespeitando o acordo de 2012 e hoje se recusa a atender às reivindicações financeiras dos técnico-administrativos (um exemplo é a falta de solução para os casos dos aposentados que desceram de nível na progressão salarial com a transposição de uma carreira para outra, em 2005), a categoria resolveu deflagrar a greve. Na UFRJ, a decisão foi tomada em assembleia realizada dia 17, no hall da reitoria, com apenas seis votos contrários e cinco abstenções. A paralisação, por tempo indeterminado, iniciou-se dia 20 por necessidade de cumprimento de prazo judicial, conforme determina a Lei de Greve. A próxima assembleia geral está marcada para esta terça-feira, 25 de março.

Mobilização em Brasília

Em Brasília, onde ocorreu uma reunião entre representantes do Fórum Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais e do Ministério do Planejamento (leia mais na página 8), o coordenador da Fasubra, Gibran Jordão, criticou o governo: "A greve é uma reação ao descaso do governo com a Edu-



Decisão de peso. Mais de 800 trabalhadores da UFRJ se reuniram nos pilotis da reitoria para dar início à paralisação

cação e com os técnico-administrativos, que recebem o pior piso do funcionalismo federal, cerca de um salário mínimo e meio. Estamos vivendo um clima político em que cresce a mobilização dos trabalhadores para orga-

nizar a luta e assim arrancar do governo resposta à pauta específica das categorias e também à pauta unificada", disse.

A presidenta do Andes-SN, Marinalva Oliveira, saudou o movimento dos técnico-admin-

istrativos: "O governo segue inflexível com os trabalhadores, mas não com o empresário. Nosso caminho é ir para a luta de forma unificada. Esse governo precisa nos respeitar e o nosso respeito buscaremos na

rua, mostrando a força da nossa mobilização, pois é assim que temos feito e foi assim que já conseguimos fazer com que eles nos ouvissem", avaliou. (Fontes: Sintufrj e Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

JURÍDICO

Direito ao adicional de férias, em períodos de afastamento, é reconhecido

A juíza Maria Cristina Ribeiro Botelho, da 21ª Vara Federal, acatou os argumentos da assessoria jurídica da Adufrj-SSind quanto ao direito de os docentes fazerem jus ao adicional de férias, mesmo em períodos de afastamento. Em sentença publicada no final de fevereiro, ela decidiu que a UFRJ deve pagar as parcelas vencidas e por vencer aos professores que estejam nesta situação. Também foi considerada ilegal a cobrança que a administração praticava das parcelas recebidas. Os valores devidos deverão ser atualizados pelo Manual de cálculos da Justiça Federal.

A universidade ainda pode recorrer. Porém, a assessoria jurídica da Seção Sindical vai tentar a antecipação de tutela para que a sentença tenha aplicação imediata.

Reposicionamento dos aposentados: juiz pede manifestação da UFRJ

Na 16ª Vara Federal, o juiz Wilney Magno de Azevedo, quer ouvir a universidade sobre a rejeição administrativa aos pedidos de reposicionamento dos professores aposentados no primeiro nível da categoria de Associado 1.

O reposicionamento dos Associados, previsto no artigo 35 da Lei 12.772/2012, foi disponibilizado pelas universidades apenas aos professores em atividade. Ocorre que esta posição não leva em conta a situação de docentes aposentados depois de 2006, já nesta recente categoria, cujos proventos e relação funcional estão cobertos pela regra da paridade com os ativos. É o que reivindica a assessoria jurídica da Adufrj-SSind.

Plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, até 18 de abril, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail convênio.unimed@adufjrj.org.br.

AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da Adufrj** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do campus Macaé. A versão online pode ser lida no site www.adufjrj.org.br. Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para secretaria@adufjrj.org.br.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaridou Rola; André Onioli Paneriras Escola de Belas Artes Patricia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Esportes Luis Aureliano Imbimba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Mary Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjrj.org.br> Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CARREIRA DOCENTE

Ainda pior para quem entra

Professora do Instituto de Economia alerta para perdas salariais dos recém-concursados nas universidades

Progressão também fica mais demorada

Se as carreiras impostas pelo governo ao final de 2012 (via Lei nº 12.772) pioraram a situação dos professores em geral, o horizonte é ainda mais dramático para os novos quadros do magistério superior. Pelas regras atuais, mesmo com titulação de mestres ou doutores, eles precisam entrar nos estágios iniciais da carreira, com denominações como Assistente-A ou Adjunto-A. O resultado é que vão sofrer perdas reais, até 2015, que variam de 6,4% (caso dos mestres) a 11,8% (doutores) (veja tabela). As informações são da professora Maria Malta, do Instituto de Economia.

Mesmo os que aparecem um pouco melhor em toda a história, os Titulares doutores (com prováveis 8,7% de ganhos reais ao final de 2015), não escapam da

inflação, destaca a economista. “Parte expressiva de seu aumento salarial também será comida pela inflação, como em toda a categoria A diferença, como alertávamos desde a greve (de 2012), é que esta carreira deu aumentos diferenciados para cada classe e cada nível da carreira, e os Titulares foram os mais favorecidos. Foi uma jogada esperta do governo, pois são apenas 3% da categoria em termos nacionais; na UFRJ não chegam a 5%. Mas são os que possuem representação nata nas congregações e maior representação nos conselhos superiores. Ou seja, são os que têm voz na instituição. Assim, o governo pagou barato por um possível consenso”.

Maria trabalhou com os dados dos professores mestres ou doutores em regime de dedicação exclusiva, situação mais comum na universidade. Ela ainda prepara estudos para os professores de outros regimes de trabalho e titulação das duas carreiras.

O ano-base escolhido para

“Se usarmos outras referências, como o ICV do Dieese, as previsões inflacionárias são bem maiores

Maria Malta
Professora do Instituto de Economia

a geração das tabelas foi o de 2011, quando o governo prometeu um “pacote de aumento” que, descumprido, desencadeou a greve do ano seguinte.

Nos cálculos, foi utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando o índice oficial para medir

a inflação do país. Mas ela faz uma ressalva, de que as perdas podem ser ainda maiores: “As previsões do Banco Central para o IPCA têm sido revistas para cima há muitos anos. Eles sempre apontam um valor um pouco abaixo do centro da meta de inflação (5%) estabelecida por eles mesmos. No entanto, temos quase sempre estado mais próximos do teto da meta (6,5%). Se usarmos outras referências, como o ICV do Dieese, as previsões inflacionárias são bem maiores”, explica Maria Malta.

De acordo com as tabelas geradas pela professora, sempre usando a previsão de inflação do Banco Central, fora os Titulares doutores do magistério superior, a maioria dos níveis das duas carreiras fica bastante próxima de nenhum ou de poucos ganhos até 2015 (ou seja, ameaçados pela alta da inflação). Por outro lado, os níveis iniciais (tanto no MS como no EBTT) enfrentarão as maiores perdas, com certeza.

Mais tempo para chegar a Adjunto 4

Outra questão importante é o tempo que o novo professor leva para chegar a Adjunto 4. São nove anos. Três anos para a primeira promoção para Adjunto 1 e mais seis anos para chegar a Adjunto 4, tendo cumprido os critérios da avaliação para progressão com obtenção de 70% dos pontos. Nestes nove anos, seu ganho salarial nominal bruto terá sido de pouco mais de R\$ 2 mil o que, em termos reais, considerando uma inflação de 6% (média dos últimos três anos pelo IPCA), representaria um ganho de aproximadamente R\$ 1,3 mil em nove anos. “Se fosse ganho linear, seriam R\$ 145, tendo sido um professor-pesquisador-extensionista exemplar. Dá para comprar um ou dois livros por ano, a depender da área do professor”, ironiza Maria Malta.

Salários nominais (Vencimento Básico + Retribuição por titulação)																			
CMS - Dedicação Exclusiva			Doutor					Mestre					Inflação Acumulada	Ganhos reais 2011/2015		Inflação Acumulada	Ganhos reais hoje		
Classe	denominação	nível	2011	2012*	2013	2014	2015	2011	2012*	2013	2014	2015		2011-2015**	Doutor		Mestre	2011-2014	Doutor
E	Titular	1	11755,05	12225,25	13790,14	15956,07	17057,74	7818,69	8131,43	9335,74	9656,57	10312,48	33,53%	8,7%	-1,2%	26,69%	7,1%	-2,5%	
D	Associado	4	11424,45	11881,42	13454,23	15059,09	15464,45	7488,09	***	***	***	***		1,4%				4,0%	
		3	11089,65	11533,24	13056,19	14537,51	14855,58	7261,54	***	***	***	***		0,3%				3,5%	
		2	10877,97	11313,08	12839,75	14010,77	14317,50	7050,06	***	***	***	***		-1,4%				1,7%	
		1	10703,55	11131,69	12613,03	13604,50	13914,61	6917,42	***	***	***	***		-2,6%				0,3%	
C	Adjunto	4	7913,30	8229,83	9299,71	10373,57	10952,19	5793,14	6024,87	6805,97	7205,96	7605,94		3,6%	-1,7%			3,5%	-1,8%
		3	7714,90	8023,49	9066,55	10060,53	10570,66	5623,72	5848,67	6609,00	7033,17	7457,34		2,6%	-0,7%			2,9%	-1,3%
		2	7521,73	7822,60	8839,53	9760,33	10208,36	5481,13	5700,37	6441,42	6888,78	7336,14		1,6%	0,2%			2,4%	-0,8%
B	Assistente	1			8336,41	8828,62	9320,82	4985,00	5184,40	5858,37	6212,35	6539,55		-4,8%	-1,8%			-5,0%	-1,6%
		2			8236,24	8740,03	9243,80	4759,71	5069,52	5707,64	6131,30	6479,80		-5,6%	2,0%			-5,9%	1,7%
A	Adjunto-A, se doutor; Assistente-A, se mestre	1			8143,18	8480,74	8818,30		4950,10	5593,61	5881,92	6070,23		-9,9%	-4,5%			-8,7%	-2,5%
		2			8049,77	8344,64	8639,50		4837,66	5466,55	5736,27	5945,98		-11,8%	-6,4%			-10,2%	-4,9%

* Em 2012 a entrada na carreira com doutorado era na classe de Adjunto e havia quatro níveis nas duas classes iniciais

**considerando a previsão do Banco Central para o ano de 2014 e 2015

*** Não existem Associados mestres na carreira

Salários nominais (Vencimento Básico + Retribuição por titulação)																			
CMEBTT - Dedicação Exclusiva			Doutorado ou RSC-III + mestrado					mestrado ou RSC-II + especialização					Inflação Acumulada	Ganhos reais 2011/2015		Inflação Acumulada	Ganhos reais hoje		
Classe	nível		2011	2012*	2013	2014	2015	2011	2012*	2013	2014	2015		2011-2015**	Doutor		Mestre	2011-2014	Doutor
Titular	1			12225,25	13790,14	15956,07	17057,74			6042,34	6363,17	6684,00	33,53%			26,69%			
D IV	4		11424,45	11881,42	13454,23	15059,09	15464,45	7235,20	7524,61	8989,99	9299,81	9743,09		1,4%	0,8%			4,0%	1,5%
	3		11089,65	11533,24	13056,19	14537,51	14855,58	7010,98	7291,42	8887,96	9192,40	9496,85		0,3%	1,4%			3,5%	3,5%
	2		10877,97	11313,08	12839,75	14010,77	14317,50	6926,74	7203,81	8788,81	9087,16	9385,51		-1,4%	1,5%			1,7%	3,6%
	1		10703,55	11131,69	12613,03	13604,50	13914,61	6917,42	7194,11	8776,49	9075,17	9373,85		-2,6%	1,5%			0,3%	3,6%
D III	4		7913,30	8229,83	9299,71	10373,57	10952,19	5793,14	6024,87	6805,97	7205,96	7605,94		3,6%	-1,7%			3,5%	-1,8%
	3		7714,90	8023,49	9066,55	10060,53	10570,66	5623,72	5848,67	6609,00	7033,17	7457,34		2,6%	-0,7%			2,9%	-1,3%
	2		7521,73	7822,60	8839,53	9760,33	10208,36	5481,13	5700,37	6441,42	6888,78	7336,14		1,6%	0,2%			2,4%	-0,8%
D II	1		7333,67	7627,02	8618,53	9536,86	10007,23	5341,47	5555,13	6277,29	6746,87	7216,44		2,2%	1,2%			2,6%	-0,3%
	2		7068,13	7350,85	8336,41	8828,62	9320,82	4985,00	5069,52	5858,37	6212,35	6539,55		-1,2%	-1,8%			-5,0%	-1,6%
D I	1		6924,08	7054,64	8236,24	8740,03	9243,80	4874,54	4950,10	5707,64	6131,30	6479,80		-0,0%	-0,4%			-5,9%	-0,7%
	2		6783,31	6670,05	8143,18	8480,74	8818,30	4759,71	4653,26	5593,61	5881,92	6070,23		-2,6%	-6,7%			-8,7%	-4,8%
	1		6645,77	6407,01	8049,77	8344,64	8639,50	4651,59	4457,11	5466,55	5736,27	5945,98	-2,6%	-8,6%		-10,2%	-7,1%		

* Em 2012, havia quatro níveis nas duas classes iniciais, classe V tinha apenas um nível e existia uma classe 5 com três níveis. A consolidação dos valores obedeceu os critérios da consolidação da lei 12.772/13

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO

Que carreira queremos?

A análise das propostas (e das barreiras impostas à progressão) para regulamentar a carreira docente foi tema central de atividades realizadas pelos professores no Dia Nacional de Mobilização

Texto da PR-2 cria barreiras para ascensão funcional

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufRJ.org.br

Silvana Sá

silvana@adufRJ.org.br

No máximo 1.498 professores do Magistério Superior (para se ter uma ideia, isso significaria apenas 40% dos 3.735 efetivos de 2012) poderão chegar à categoria de Associado, pela proposta da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2) voltada para regulamentar, internamente à UFRJ, a progressão e a promoção docentes. A proposta prevê a obrigatoriedade de os docentes atuarem em programas de pós-graduação e distingue os professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico,

A conta foi feita pela professora do Instituto de Economia, Maria Malta. Ela levou em consideração o fato de a universidade possuir 107 programas de pós-graduação e o número ideal de professores por programa, segundo os critérios da Capes, ser de 14 (e vale lembrar que cada docente pode atuar em mais de um programa). "A proposta da PR-2 é criar uma espécie de elite na universidade. A maior parte dos professores não teria possibilidade de progredir", destacou a professora, em apresentação feita no *hall* do prédio da

Proposta PR2	Ensino Superior								Ensino Básico				
	Assistente		Adjunto		Associado		Titular		D1	D2	D3	D4	TITULAR
ensino graduação	30	40%	30	21%	30	15%	30	15%					
ensino pós	0	0%	30	21%	30	15%	30	15%	NÃO FOI APRESENTADA PROPOSTA				
produção intelectual	10	13%	20	14%	30	15%	30	15%					
Pesquisa10	13%	20	14%	30	15%	30	15%						
extensão10	13%	20	14%	30	15%	30	15%						
adm/representação	5	7%	10	7%	20	10%	20	10%					
premios	5	7%	10	7%	20	10%	20	10%					
banca de concurso	5	7%	5	3%	10	5%	10	5%					
Total disputável e máximo	75		145		200		200						
Aprovação	50	67%	100	69%	145	73%	160	80%					

reitoria, durante o Dia Nacional de Mobilização (19 de março). O objetivo da atividade, que se repetiu no *campus* da Praia Vermelha e no Colégio de Aplicação, foi debater carreira, salário e condições de trabalho.

Maria Malta, que também é integrante do Conselho Universitário, comparou as duas propostas que circulam na Comissão de Legislação e Normas (CLN) do próprio colegiado: uma da PR-2; a outra, da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), com contribuição da PR-4. Ambos os documentos estão disponíveis, em conjunto, para consulta, no *site* da Adufj-SSind, no *link* desta matéria.

Barreiras para progressão

O texto apresentado pela PR-2 propõe a criação de barreiras para

Proposta CPPD/PR4	Ensino Superior		Ensino Básico	
Ensino básico, graduação e pós	50	23%	50	23%
Produção intelectual	50	23%	50	23%
Atividades de extensão	50	23%	50	23%
Participação em projetos de pesquisa	10	5%	10	5%
Atividades de administração	20	9%	20	9%
Representação	20	9%	20	9%
Outras atividades	20	9%	20	9%
Total de pontos disputáveis	220		220	
Máximo	100		100	
Aprovação	70		70	

a progressão e a promoção dos professores, a começar pelo conjunto de pontos disputáveis. Neste documento, o total de pontos disputáveis é muito próximo da pontuação máxima necessária à

progressão. Os pontos são modificados de acordo com a categoria na qual o professor está incluído, mas, no caso dos Adjuntos, o valor é 100. "A tabela (da PR-2 - veja quadro) não flexibiliza a atuação

entre ensino, pesquisa e extensão. Muitas vezes, o professor está inserido em um programa de pós, mas sua pesquisa está no começo e ele não possui dados para publicar. Isso fará com que ele perca



Silvana Sá - 19/03/2014

Mobilização. Maria Malta apresenta análise das propostas de regulamentação das carreiras docentes na UFRJ. Atividade ocorreu no Fundão

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO

pontos e não progrida. Esta tabela implica que o professor realize todas as atividades ao mesmo tempo, incluindo representação e administração”, explicou Maria.

Já a proposta da CPPD, enviada para o gabinete do reitor em 15 de julho de 2013, pontua igualmente ensino, pesquisa e extensão (veja tabela) e considera outras atividades importantes realizadas por professores. Esta comissão também buscou pontuar de maneira equânime todas as categorias existentes na carreira.

Pós valerá dobro

Em contraposição, a PR-2 diferencia as “classes”. O ensino de graduação é tratado com peso menor em comparação à pós-graduação. Ao separar “ensino de pós” e “produção intelectual”, a PR-2 faz com que os professores que atuam na pós-graduação dobrem sua pontuação em comparação aos docentes da graduação. Esses, por consequência, não conseguem, nessa lógica, a progressão.

Ainda nesta proposta, a pontuação por produção intelectual varia de acordo com a categoria: vale 10 pontos para Assistente; 20 pontos para Adjunto; 30 pontos para Associado e Titular. A atuação do docente em pesquisa e extensão segue a mesma distribuição de pontos.

“Oitenta por cento da UFRJ é composta por professores Assistentes e Adjuntos. Isso significa que apenas uma pequena quantidade de docentes conseguirá ascender na carreira. Essa proposta leva premiações em consideração. Prêmio, por definição, não é para todo mundo. E mesmo assim é classificado como critério com pontuação fixa”, observou Maria Malta.

Na Praia Vermelha, mais indignação contra proposta da PR-2

Março Fealdes - 19/03/2014

Na mesma manhã, a alguns quilômetros de distância, no campus da Praia Vermelha, a indignação com a proposta da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa não era menor. “Regressão ou estagnação, é o que podemos falar sobre a proposta”, disse Luciana Boiteux, 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind.

Não por acaso, a formulação prejudica muito os professores Adjuntos: “É a classe mais numerosa na categoria e, portanto, a que pode gerar maior impacto financeiro”, destacou a dirigente. A conta de trás para frente para afunilar o acesso aos recursos e garantir a economia orçamentária convergiu com a justificativa meritocrática, “na linha das agências de fomento como Capes e CNPq”, completou Luciana: “Apenas um grupo muito seletivo alcança os benefícios. Os cursos da expansão universitária do Reuni, Macaé, Xerém e na Praia Vermelha, mais que todos, são atingidos”.

Mais realista que o rei

Luciana observa que a lógica remuneratória “por produção” em detrimento da qualidade do serviço já estava contida na lei das carreiras imposta pelo governo federal,



Equidade. Professores discutem critérios para avanço na carreira que não criem distorções

sem acordo com o Andes-SN, em 2012. Entretanto, a regulamentação interna apresentada pela UFRJ vai além, ampliando a “compartimentação” de atividades que deveriam ser integradas e a distância entre os docentes de fora de programas de pós-graduação em relação ao topo da carreira. “Pelo que se pretende, fica impossível aos professores que se dedicam à graduação chegarem a Associado”. Boiteux ressalta que a noção da pós-graduação como “porto seguro” é ilusória: “Mesmo que todos desejassem estar nela, esbarrariam no problema de que não há vagas suficientes para todos”.

Depois do Reuni, UFRJ muda eixo?

O giro de enfoque institucional da graduação para a pós-graduação recebeu críticas no debate. “Uma instituição que foi conclamada pelo Estado e acatou o desafio de se expandir para cumprir seu papel social na democratização do ensino superior não tem moral para desvalorizar a graduação dessa forma”, afirmou Antonio José Barbosa de Oliveira, da FACC.

A intervenção de Antônio demonstra a contradição do projeto governamental para a educação que, de um lado, propôs o Reuni sem dar condições adequadas para a ampliação do ensino para, em seguida, supervalorizar a pós-

graduação. O governo e a PR-2, nesse sentido, se aliam numa lógica perversa de redução do que se entende por universidade, sem levar em conta a importância da tríade ensino, pesquisa e extensão para a manutenção do ensino de qualidade.

Já Andréa Penteado (Faculdade de Educação), integrante do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), lembrou que a universidade deve primar pela excelência em todos seus campos de produção de conhecimento: “Tecnologia de ponta é fundamental. Assim como é fundamental uma educação básica de ponta no Colégio de Aplicação e em todas as demais áreas de atuação universitária”, disse.

Presidenta da CPPD critica proposta da PR-2

Em uma análise preliminar, a Comissão Permanente de Pessoal Docente informa que a proposta da CLN (que encampou o texto da PR-2) exclui grande parte dos docentes da UFRJ, pois não considera a multiplicidade das atividades da categoria. “Da maneira como está, cria barreiras à promoção até mesmo nas classes intermediárias da carreira, e torna praticamente inatingível a promoção ao último nível seja no magistério superior ou no EBTT”, afirma Denise Nascimento, presidenta da CPPD.

Nos próximos dias, a CPPD vai se reunir para discutir novas sugestões à proposta da CLN, ou até mesmo reenviar o texto elaborado previamente. “O momento é de reflexão e participação nas discussões para encontrarmos o melhor caminho”, completou.

Ato unificado homenageia Cláudia Ferreira

Samuel Tosta - 19/03/2014

Também em 19 de março, só que durante a parte da tarde, um Ato Unificado dos Servidores Públicos Federais levou as reivindicações do funcionalismo ao Centro da cidade. Em passeata da Candelária até a Cinelândia, a manifestação também denunciou a repressão da PM às classes mais pobres.

Diversas faixas faziam alusão ao recente caso da trabalhadora Cláudia Ferreira. No último dia 15 ela foi baleada por policiais em Madureira, colocada no porta-malas de um camburão e, quando a tampa traseira do veículo policial abriu-se, foi arrastada por centenas de metros da rua. “Hoje somos todos Amarildo e Cláudia”, ressaltou Wilson Ferreira, representante da AduniRio. Houve um minuto de silêncio em homenagem a Cláudia.

O presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, observou que 2014 é um ano fundamental para os movi-



Nas ruas. Manifestantes marcham pela Avenida Rio Branco em defesa dos servidores públicos

mentos sociais, em função do aumento das lutas populares. “A educação pública vem hoje às ruas para se colocar na centralidade da

luta”, destacou. Pelo Diretório Central dos Estudantes da UFRJ, Luiza Foltran reafirmou que a luta precisa estar unificada entre técnico-ad-

ministrativos, professores e os estudantes. (Darlan Azevedo)

Confira fotogaleria do ato no site www.adufrj.org.br

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO

Mobilização deve crescer para evitar a “enrolação”

Servidores acumulam perdas salariais

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Para além da regulamentação da carreira, os debates do dia 19 também trataram da relação entre os servidores e o governo federal. O professor Mauro Iasi (da Escola de Serviço Social) deu nova classificação às mesas de negociação permanentes, instituídas na gestão do ex-presidente Lula. Segundo Iasi, acabaram por se converter em mesas de “enrolação permanente”: “Assistimos à recorrente prorrogação dos prazos até o limite do envio de lei orçamentária. E, então, o fim das negociações sem avanços”, observou.

Um dos exemplos citados foi a data-base: “Ficamos sem uma média mínima para recompor os servidores (federais) contra as oscilações da inflação residual do período. O resultado foi o que já esperávamos. Acumulamos perdas. As três parcelas escalonadas (para os docentes) ficaram atrás da inflação na grande maioria dos casos”, avaliou (leia matéria na página 3).

A precarização dos serviços públicos e das condições de trabalho, outra reivindicação forte do movimento grevista, também não encontrou respostas. “O que percebemos foi a conjugação do subfinanciamento e sucateamento, acompanhada de uma política de privatização das mais diferentes formas: OS (organizações sociais), OS-CIP (Organização da Socieda-

de Civil de interesse público), contratos celetistas etc”, disse. “Temos uma série de medidas aparentemente pontuais como a Funpresp (Fundação de Previdência Complementar dos servidores), a lei de carreira e outras regulamentações, que compõem essa reforma administrativa. Por isso, a importância de uma reação dos funcionários federais”.

PNE privatista deve ser combatido

No caso da Educação, a pressão privatista ficou explícita em 2014 pelo envio de um Plano Nacional de Educação que simplesmente elimina o termo “público” para investimento, regulamentando o desvio orçamentário para a iniciativa privada. Iasi citou ainda que a demanda original dos docentes (apresentada ao governo pelo Andes-SN), em relação à carreira, tinha impacto financeiro de cerca de metade (R\$ 7 bilhões) dos recursos públicos empregados, no mesmo período de três anos, em universidades privadas (R\$ 15 bilhões): “Inclusive para as instituições pagas recentemente descredenciadas pelo MEC”.

Para Iasi, o cenário de 2014 é de reflexão sobre os avanços reais conseguidos no movimento de 2012, mas também de avaliação das “energias necessárias para superar os entraves apresentados pelo governo” e para “uma negociação real”. “Não estamos falando de uma questão meramente financeira, mas de política para Educação e demais serviços públicos”. “O conflito entre uma política de superávit fiscal versus qualidade no atendimento à população”, arrematou.



Federais. Professores trocam avaliações sobre resultados das mobilizações de 2012. Agenda comum do funcionalismo pouco avançou em função de mesas de negociação por categoria

EBTT desaparece na proposta da PR-2

Para Adufrj-SSind, a exclusão espelha uma concepção de universidade repartida

No Colégio de Aplicação, o debate promovido pela Adufrj-SSind, além dos docentes, contou com a participação de técnico-administrativos, alunos e pais da escola. A comunidade “capiana” fez uma reflexão conjunta sobre

a luta em defesa da educação pública a partir do histórico recente de suas mudanças, em especial, as diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Dentre as perdas mais significativas para a educação brasileira, o professor Roberto Leher (FE) destacou a exclusão do conceito de “público” no PNE do governo, em tramitação no Congresso – se confirmada, a mudança permite que os recursos do Tesouro Nacional sejam deslocados para a iniciativa privada.

Já o presidente da Seção Sindical, Cláudio Ribeiro, falou

sobre a importância do Colégio de Aplicação, não apenas para a UFRJ, mas para a rede federal de ensino. Ele ressaltou a crescente privatização interna da universidade e, nesse contexto, pontuou as propostas de progressão e promoção na Carreira do Magistério em debate na UFRJ. Para o dirigente, a exclusão dos EBTT na proposta de progressão apresentada pela reitoria, via PR-2, espelha uma concepção de universidade repartida. E agrava a lacuna entre os professores da universidade que atuam apenas no ensino su-

perior, daqueles que atuam também na educação básica.

A reunião encaminhou propostas como a indicação de atividades executadas no CAp à lista de critérios para evolução na carreira, tais como como orientação e supervisão de monitorias e tutorias, supervisão de estágios curriculares, elaboração de métodos, práticas e tecnologias de educativas e desenvolvimento de material didático. Professores da Escola de Educação Infantil (EEI) também contribuíram para esta discussão. **(Elisa Monteiro)**

Acréscimos necessários

Nos três debates, foi levantada pelos docentes uma série de atividades do cotidiano da vida institucional do magistério superior e EBTT. Confira, em www.adufrj.org.br, um resumo dos itens listados pelos professores e ignorados na proposta da PR-2.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

SuperEst

Após mais de 40 dias, a reitoria indicou o novo responsável pela Superintendência de Políticas Estudantis: Erickson de Rocha Almendra, ex-diretor da Escola Politécnica.

Uerj

“A crise desencadeada pela falta de professor concursado, vivenciada na Uerj, é fruto de uma política de desinvestimento na Educação, provocada pelo Governo Estadual e reforçada por uma postura de subordinação da reitoria”, diz nota da associação local de docentes (Asduerj).

Uerj II

Para a Asduerj, o problema não é de ordem econômica: segundo relatório dos Estados e do Tesouro Nacional, de 2012 a 2013, o Rio de Janeiro, com a segunda maior economia do país, teve gastos com despesas de pessoal 17% abaixo do limite prudencial de 46,55%.

Uma resposta diferente



A morte de Cláudia Ferreira, auxiliar de serviços gerais, negra, moradora do Morro da Congonha, em Madureira, é o mais recente ícone da face perversa do Estado: a criminalização da pobreza. A Polícia Militar é o braço forte que destrói vidas da classe trabalhadora, quando deveria resguardá-las. Em contraposição, garante o direito de ir e vir das elites.

No “asfalto”, a repressão – antes direcionada apenas às favelas (onde morreram muitas Cláudias e Amarildos) – tomou proporções assustadoras. Segue em ritmo acelerado a escalada da criminalização dos movimentos sociais e sindicais, apesar de ser cada vez mais difícil para o Estado calar quem o contraria.

As ruas pedem o fim da PM, mais democracia e participação popular. Mas, os governos estaduais e federal tentam aprovar leis que aumentam ainda mais a repressão. Não é essa a resposta que queremos.



Ato dos servidores, dia 19, homenageou Cláudia Ferreira

Greve na Uenf

Fazia tempo que as mobilizações não conseguiam a unificação de professores, servidores técnicos e estudantes num mesmo processo de greve da Universidade Estadual do Norte Fluminense (a última vez foi em 2000). Agora, após anos de asfixia financeira da instituição e da corrosão de salários e bolsas estudantis, a unidade foi restabelecida.

Em manifestação estudantil no último dia 19 (foto), um dos cânticos usados desafiava a dupla Sérgio Cabral/Pezão a viver com uma bolsa de apenas R\$ 300, como muitos fazem naquela instituição.



Crise energética no CT

O Brasil discute os riscos de apagões e a possibilidade de racionamento num futuro próximo. Em escala reduzida, o Centro de Tecnologia da UFRJ já convive com uma crise energética há bastante tempo. São recorrentes as quedas de luz no local, principalmente no verão. Entre os dias 19 e 20 (já no outono), o abastecimento de energia ficou suspenso por aproximadamente 24 horas para cinco dos oito blocos do prédio (os demais estão ligados a uma rede diferente). Isso depois de algumas sobrecargas na véspera e na antevéspera.

Na segunda e na terça-feira, a falta de energia foi causada por problemas nos disjuntores e foi facilmente solucionada. Entretanto, na tarde de quarta, dois fusíveis de média tensão sofreram danos graves, precisando de substituição, informa o site da UFRJ.

Areitoria também sofreu com quedas de luz no dia 20, o que prejudicou bancas de graduação na FAU.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



MOBILIZAÇÃO

Governo ainda intransigente

Logo na primeira reunião, representante do Ministério do Planejamento avisa que não negociará pauta específica das categorias ou a unificada dos servidores. Só a mobilização para acabar com esta postura

Encontro ocorreu no último dia 19

O governo federal deu uma demonstração clara no último dia 19 de que não há disponibilidade para negociar com os servidores públicos federais (SPF). O recado foi transmitido em reunião entre representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília (DF).

Para o Secretário de Relações do Trabalho (SRT/MPOG), Sérgio Mendonça, o governo entende que há um acordo vigente, firmado em 2012 com várias categorias do funcionalismo. Ele avisou que não irá negociar nem a pauta específica das categorias nem a unificada dos SPF, e que não há margem orçamentária para revisão do que foi acertado — vale lembrar que, pelo menos em relação aos professores, o Andes-SN não aceitou a proposta governamental, imposta por lei ao final de histórica greve daquele ano.

“Reivindicamos um calendário de reuniões para manter a porta aberta e Mendonça respondeu que não há necessidade, pois isso não irá reverter a



Questão de justiça. Docentes reivindicam o fim da contribuição previdenciária de aposentados

posição do governo”, observou Paulo Barela, representante da Central Sindical e Popular-Conlutas, à qual o Andes-SN é filiado.

Ainda assim, o coordenador da CSP-Conlutas informou que foi cobrada do governo uma resposta escrita e oficial à pauta protocolada em janeiro, o que

foi prometido para o final de março. Neste contexto, os servidores devem intensificar as mobilizações. “Já existe uma greve em curso (dos técnico-administrativos) e várias entidades já têm uma agenda de ações. Vamos intensificar a mobilização para pressionar o governo a mudar essa postura

intransigente, como fizemos em 2012”, finalizou.

Ato na Esplanada

Na porta do MPOG, onde aconteceu o encontro, concentraram-se centenas de manifestantes de diversas categorias do funcionalismo público. A atividade integrou o Dia Nacional

“Reivindicamos um calendário de reuniões para manter a porta aberta e Mendonça respondeu que não há necessidade, pois isso não irá reverter a posição do governo

Paulo Barela
CSP-Conlutas

de Mobilização chamado pelo Fórum. Em diversas cidades do país, os docentes federais se uniram aos demais servidores e foram às ruas cobrar atendimento à pauta unificada, em defesa de serviços públicos de qualidade e com valorização dos SPF. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Andes-SN cobra negociação efetiva com o MEC

Novo encontro foi marcado para este dia 26

Um dia antes da reunião das entidades nacionais dos servidores com o Ministério do Planejamento (leia matéria acima), diretores do Andes-SN encontraram-se com representantes do Ministério da Educação (MEC). O objetivo era cobrar resposta à pauta de reivindicações protocolada pelo Sindicato Nacional no final de fevereiro.

Apresentada da entidade, Marinalva Oliveira, relembrou as poucas reuniões ocorridas em 2013 com o MEC, quando não houve nenhum avanço na pauta apresentada pelo Sindicato Nacional. Citou, ainda, a interrupção unilateral de negociações no ano anterior, durante a greve histórica protagonizada pelos docentes federais.

“A avaliação da categoria é que não tivemos espaço para negociar em nada as nossas reivindicações.

Tanto que no 33º Congresso do Andes-SN, realizado em fevereiro, os docentes deliberaram por trazer à mesa a mesma pauta, com foco em quatro pontos: condições de trabalho, reestruturação da carreira, valorização salarial para ativos e aposentados e respeito à autonomia universitária”, frisou.

Visão do MEC

O secretário-executivo do MEC, Luis Cláudio Costa, porém, se mostrou impassível aos argumentos apresentados. O representante do ministério entende que o novo projeto de carreira já foi aprovado no Congresso Nacional e que, apesar das diferenças conceituais, apresenta melhoras para a categoria. Costa destacou também que existe um acordo assinado que prevê reajuste até 2015 (este documento não foi assinado pelo Andes-SN).

Realidade da categoria

Os diretores do Andes-SN rebateram: “Um estudo que desenvolvemos aponta que quase



Marinalva Oliveira, Márcio de Oliveira e Luiz Henrique Schuch cobram representantes do MEC

a totalidade da categoria já teve seus salários corroídos pela inflação, mesmo com o reajuste”, explicou Luiz Henrique Schuch, 1º vice-presidente do Andes-SN.

Atualmente, a carreira não possui um piso gerador da tabela, traz valores soltos, não apresenta nenhuma relação lógica nem dos regimes de trabalho nem da retribuição por titula-

ção, que não é incorporada ao vencimento básico, além das barreiras à progressão impostas aos ingressantes.

Pressionado, o responsável pela Secretaria de Ensino Superior, Paulo Speller, propôs um novo encontro entre o MEC e o Sindicato Nacional para quarta-feira (26 de março).

“Os representantes do Setor

das Ifes irão se reunir nos próximos dias 29 e 30 em Brasília para fazer um balanço do resultado das rodadas de assembleias gerais e da reunião no MEC. Vamos avaliar a possibilidade de avanço nas negociações para definir as próximas ações do nosso movimento”, completou Marinalva Oliveira. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)